

Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

Rectificação n.º 968/2005. — Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 4766/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 46, de 7 de Março de 2005, a p. 3460, rectifica-se que onde se lê «Maria Aida Viana da Silva Campos, supranumerária — 23 de Abril de 2004» deve ler-se «Maria Aida Viana da Silva Campos, supranumerária — 17 de Janeiro de 2004».

Por ter saído com inexactidão o despacho (extracto) n.º 9009/2005 (2.ª série), inserto no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de Abril de 2005, a p. 6534, rectifica-se que onde se lê «Alberto Jorge Carçoço Guerreiro Murta [...]», com efeitos a 23 de Novembro de 2004», deve ler-se «Alberto Jorge Carçoço Guerreiro Murta [...]», com efeitos a 1 de Outubro de 2004».

19 de Maio de 2005. — Pelo Presidente, o Director de Serviços de Gestão e Administração, *Vitor Lucas*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12 451/2005 (2.ª série). — Ao abrigo do disposto no artigo 3.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 272/88, de 3 de Agosto, autorizo a equiparação a bolseiro no País ao mestre Filipe André Teodoro Esteves Mateus, inspector principal do quadro da Inspeção-Geral das Obras Públicas, ficando assim o referido funcionário dispensado do exercício de funções que aí presta às segundas-feiras e sextas-feiras, entre 28 de Maio de 2005 e 31 de Maio de 2006, para se dedicar à investigação que reputa necessária para preparar o seu doutoramento.

9 de Maio de 2005. — O Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, *Mário Lino Soares Correia*.

Secretaria-Geral

Despacho (extracto) n.º 12 452/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 2005:

Maria Filomena Cabrita Rodrigues Alexandre, assistente administrativa especialista do quadro de pessoal da Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional — transferida para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral com efeitos a 16 do corrente mês, ficando posicionada no escalão 5, índice 337. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2005. — O Secretário-Geral, *J. Albano Santos*.

Despacho (extracto) n.º 12 453/2005 (2.ª série). — Por despacho de 12 de Maio de 2005:

Rui César Carreira Rocha, assistente administrativo principal do quadro de pessoal do Conselho Superior de Obras Públicas e Transportes — transferido para o quadro de pessoal da Secretaria-Geral com efeitos a 16 do corrente mês, ficando posicionado no escalão 1, índice 222. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

19 de Maio de 2005. — O Secretário-Geral, *J. Albano Santos*.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Despacho n.º 12 454/2005 (2.ª série). — 1 — A licenciada Maria Manuela Salvador Dias, chefe da Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Projectos do Gabinete de Estudos e Planeamento, cargo para o qual foi nomeada por despacho do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Habitação de 6 de Junho de 2002 (despacho n.º 14 974/2002, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 150, de 2 de Julho de 2002), termina a sua comissão de serviço no próximo dia 19 de Junho de 2005, tendo, em cumprimento do estatuído nos n.ºs 1 e 2 do artigo 23.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro (renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direcção intermédia), comunicado tal facto e apresentado o relatório de demonstração das actividades prosseguidas e dos resultados obtidos no âmbito da unidade orgânica que dirige.

2 — Considerando a avaliação positiva que o desempenho e os resultados obtidos pela licenciada Maria Manuela Salvador Dias mere-

ceram e demonstrando esta possuir o perfil adequado à continuação do exercício das mesmas funções, autorizo, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 23.º e 24.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, a renovação da sua comissão de serviço como titular do cargo de chefe da Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Projectos, com efeitos a partir do dia 20 de Junho de 2005.

18 de Abril de 2005. — O Director, *Pedro Croft de Moura*.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 12 455/2005 (2.ª série). — O Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P., tem por objectivo assegurar o cumprimento dos acordos internacionais nas áreas de regimes de segurança social e da acção social.

O licenciado Manuel Inácio Antunes Pinto, para além dos requisitos gerais exigíveis, pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possui a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que é nomeado.

Assim, nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 320/95, de 28 de Novembro, na redacção que lhe foi dada pelos Decretos-Leis n.ºs 171/2004, de 17 de Julho, e 5/2005, de 5 de Janeiro, e conforme o disposto no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determina-se o seguinte:

1 — É nomeado subdirector do Departamento de Acordos Internacionais de Segurança Social, I. P., o licenciado Manuel Inácio Antunes Pinto.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Maio de 2005.

16 de Maio de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

ANEXO

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

Manuel Inácio Antunes Pinto, 58 anos de idade, licenciado em Ciências Sociais e Políticas. Assessor principal da carreira de pessoal técnico superior da função pública, exercendo em comissão de serviço o cargo de director-adjunto no Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social desde Junho de 1996 (de Abril de 1990 a Junho de 1996 o mesmo cargo, que exerceu, era de subdirector do Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social).

De 1973-1974, assistente eventual e assistente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (actualmente assistente convidado para a licenciatura em Política Social, desde 1983); de 1986-1987 a 1996-1997, assistente convidado e, depois, professor convidado para o curso superior de Segurança Social (bacharelato) e para os Estudos Superiores Especializados (licenciatura) em Segurança Social, da Universidade Internacional. Adjunto do Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social, de Julho de 1976 a Março de 1978; adjunto no Gabinete da Ministra da Saúde, de Junho a Setembro de 1986; membro da mesa da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de Março de 1978 a Junho de 1985; vogal do conselho directivo do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, de Junho de 1978 a Setembro de 1986 (de Junho a Setembro de 1986, mantendo-se como membro do conselho directivo, estava em exercício de funções como adjunto no Gabinete da Ministra da Saúde), e presidente da comissão instaladora da Administração Regional de Saúde de Lisboa, de Outubro de 1986 a Janeiro de 1990; desde 2001 vogal do conselho geral do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social.

Membro designado para integrar o Comité de Altos Funcionários do Conselho da Europa com vista à preparação das 6.ª (Lisboa, 1995), 7.ª (Malta, 1998) e 8.ª (Bratislava, 2002) Conferências dos Ministros Europeus Responsáveis pela Segurança Social.

Na qualidade de dirigente no Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social (e no Departamento de Relações Internacionais e Convenções de Segurança Social), representante governamental no Comité Consultivo para a Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes (CC SS TM — UE), representante suplente na Comissão Administrativa para a Segurança Social dos Traba-

lhadores Migrantes (CA SS TM — UE) e representante governamental na Comissão Técnica para o Tratamento da Informação e na Comissão de Contas, ambas funcionando no âmbito da CA SS TM.

Participou em diversos trabalhos de negociação, preparação e estudo de instrumentos internacionais de segurança social, comunitários e bilaterais (Angola, Argentina, Austrália, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Roménia, São Tomé e Príncipe, Tunísia, etc.), bem como de comissões mistas tendo em vista a diluição de questões decorrentes da aplicação dos mesmos instrumentos (Áustria, Brasil, Espanha, França, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Uruguai, etc.). No âmbito das duas presidências portuguesas da União Europeia, presidiu às reuniões do então Grupo de Trabalho TESS (Telemática da Segurança Social, 1992), da Comissão Técnica para o Tratamento da Informação e da Comissão de Contas. Coordenou os trabalhos que conduziram à introdução em Portugal do Cartão Europeu de Seguro de Doença (CESD) cuja criação havia sido decidida nas reuniões do Conselho Europeu de Barcelona (Março de 2002) e de Bruxelas (Março de 2003).

Despacho n.º 12 456/2005 (2.ª série). — A Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho é o serviço de concepção e de apoio técnico e normativo nas áreas do emprego, da formação profissional, das relações e condições de trabalho e de acompanhamento e de prevenção de conflitos colectivos de trabalho.

Os licenciados António da Conceição Correia, Maria da Conceição Proença Afonso e Maria Eduarda da Silva Pires Coelho, para além dos requisitos gerais exigíveis pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, para o exercício de cargos de direcção superior, possuem a competência técnica, aptidão, experiência profissional e formação adequadas ao exercício das funções para que são nomeados.

Assim, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 266/2002, de 26 de Novembro, bem como no artigo 19.º, em conjugação com os n.ºs 2 e 3 do artigo 2.º e com o artigo 36.º, todos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, determino o seguinte:

1 — São nomeados subdirectores-gerais do Emprego e das Relações de Trabalho os licenciados António da Conceição Correia, Maria da Conceição Proença Afonso e Maria Eduarda da Silva Pires Coelho.

2 — A presente nomeação produz efeitos a partir de 16 de Maio de 2005.

16 de Maio de 2005. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

Curriculum vitae

(síntese da nota biográfica)

I — Dados pessoais:

Nome — Maria da Conceição Proença Afonso;
Data de nascimento — 25 de Fevereiro de 1950;
Estado civil — casada.

II — Qualificações profissionais:

- 1) Licenciatura em Filologia Românica pela Universidade Clássica de Lisboa;
- 2) Cursos frequentados nas áreas das políticas educativas, de formação e de emprego;
- 3) Participação em seminários, congressos e missões de estudo em Portugal e no estrangeiro.

III — Carreira profissional:

Subdirectora-geral do Emprego e Relações de Trabalho (DGERT) desde Novembro de 2002;
Subdirectora-geral do Emprego e Formação Profissional (DGEFP) de Novembro de 1999 a Novembro de 2002;
Vice-presidente da Comissão Interministerial para o Emprego de Janeiro de 2000 a Agosto de 2001;
Directora de serviços de Emprego na DGEFP de Janeiro de 1997 a Novembro de 1999;
Chefe de divisão de Planeamento, Orientação Pedagógica e Cooperação Técnica no Instituto Nacional de Formação Turística de Setembro de 1991 a Dezembro de 1996;
Assessora do secretário-adjunto de Administração e Justiça (Macau) de Abril de 1988 a Agosto de 1990;
Técnica do Ministério da Educação, exercendo funções em vários serviços no domínio do planeamento, rede escolar e estudos e investigação de Março de 1971 a Abril de 1988;
Representante do MTSS no Grupo dos Directores-Gerais da Formação Profissional (Comissão Europeia) desde Julho 2002;
Representante do MTSS no Comité para o Programa de Acção Comunitária para Combate à Discriminação (Comissão Europeia) desde 2000;

Representante do MTSS, como membro suplente, no Grupo de Coordenação de Copenhaga e no Comité Consultivo da Formação Profissional (Comissão Europeia) desde 2002;
Membro do Comité para a Análise, Pesquisa e Cooperação no Domínio do Emprego e do Mercado de Trabalho (Comissão Europeia) de 1999 a 2002;
Membro da delegação portuguesa no Comité ELSA (OCDE) de 1997 a 2002;
Perita da Organização Internacional do Trabalho, no âmbito do Programa PREP;
Membro do conselho consultivo da ANEFA de Setembro de 1999 a Outubro de 2002;
Representante da DGERT no grupo técnico e na comissão de acompanhamento do PNE;
Representante da DGERT no conselho geral do IGFSE;
Representante do MTSS nas comissões de acompanhamentos dos Programas Operacionais EQUAL, POEFDS, POAT/FSE, POAT/QCA III e POAGRO desde Setembro de 2000.

Curriculum vitae

(síntese de nota biográfica)

I — Identificação:

António da Conceição Correia;
Nascido em 9 de Maio de 1949 na freguesia e concelho de Pinhel, distrito da Guarda.

II — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;
Pós-graduação em Medicina Legal pelo Instituto Médico Legal de Lisboa.

III — Actividade profissional:

Direcção-Geral das Relações Colectivas de Trabalho (1986-1994) — técnico superior. Acompanhamento das relações profissionais com vista à prevenção de conflitos; acompanhamento e intervenção em conflitos individuais e colectivos com vista à sua superação; intervenção nos termos legais e na qualidade de conciliador nos conflitos emergentes de processos de negociação de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho;

Instituto do Consumidor (1994-1997):

Consultor jurídico. Acompanhamento de processos emergentes de conflitos de consumo e desenvolvimento da respectiva conciliação e mediação;
Coordenação, acompanhamento e desenvolvimento de projectos de criação de centros de arbitragem de conflitos de consumo;

Gabinete do Secretário de Estado do Trabalho (1997) — adjunto do Gabinete para a área da negociação colectiva;

Gabinete do Secretário de Estado da Segurança Social e das Relações de Trabalho (1998-1999) — assessor do Gabinete para a área das relações de trabalho;

Instituto de Desenvolvimento e Inspeção das Condições de Trabalho (2000-2004) — coordenador da estrutura de projecto do Programa Trabalho Seguro, criado pelo Decreto-Lei n.º 429/99, de 21 de Outubro;

Direcção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (2005) — assessor principal. Área das relações profissionais. Acompanhamento das relações profissionais e desenvolvimento da negociação colectiva; acompanhamento e intervenção em conflitos individuais e colectivos com vista à sua superação; intervenção nos termos legais e na qualidade de conciliador ou mediador nos conflitos emergentes de celebração ou revisão de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho negociais.

IV — Outras actividades:

Membro da comissão coordenadora do Centro de Informação e Arbitragem do Vale do Ave (1994-1996);
Membro do conselho técnico e financeiro do Centro de Informação de Consumo e Arbitragem do Porto (1996-1997);
Coordenador do grupo de trabalho «Negociação colectiva», no âmbito da comissão de acompanhamento do Acordo de Concertação Estratégica — CES (1997);
Coordenador do grupo de trabalho que elaborou o «Relatório sobre a negociação colectiva em Portugal» (1997);
Membro da Comissão Interministerial para o Emprego — CIME (1998-1999);